

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 232
Período: 04/10/06 a 10/11/06
Franca – Brasil

- 1- Leilões de armas velhas das Forças Armadas devem ser suspensos
- 2- Caos aéreo abre crise entre a Força Aérea Brasileira e o Ministério da Defesa
- 3- FAB recebe falso sinal de alerta de seqüestro
- 4- Exercício de guerra realizado nos Estados do Sul
- 5- Escola de Guerra Naval promove encontro sobre temas de defesa
- 6- Decisão inédita permite que militar seja julgado por tortura
- 7- Relatório da FAB aponta falha em sistema de controle aéreo
- 8- Hierarquia dificulta relações entre pilotos e controladores de voo
- 9- Declaração de secretário geral do Itamaraty sobre participação do Brasil no TNP ressuscita polêmica na mídia
- 10- Aldo Rebelo defende fortalecimento das Forças Armadas no Brasil

1- Leilões de armas velhas das Forças Armadas devem ser suspensos

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, oficiais do Exército brasileiro e o general Domingos Carlos de Campos Curado, chefe do Comando Militar do Leste (CML), se reuniram para decidir o futuro dos leilões de armas velhas das Forças Armadas, devido ao roubo de armamento da empresa DVC Farjalla Equipamentos e Ação, que o adquiriu neste tipo de venda e que o usava nas filmagens do longa-metragem "Tropa de Elite". O chefe de Relações Públicas do CML, coronel José Guimarães Barreto, afirmou que caberia ao comandante militar a decisão de suspender os leilões e, além disso, sublinhou que o roubo, da forma como ocorreu, nunca havia sido registrado pela corporação, e serviu de alerta para que a questão fosse discutida com prioridade, uma vez que as armas poderiam ser utilizadas em assaltos e outros crimes. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/11/06; O Globo – O País – 04/11/06*).

2- Caos aéreo abre crise entre a Força Aérea Brasileira e o Ministério da Defesa

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* informaram que o caos nos aeroportos provocado pela operação-padrão dos controladores de voo gerou uma crise militar nacional, devido à acusação da Aeronáutica de que o Ministério da Defesa "incentivava a anarquia" e abria um "grave precedente" ao negociar com os sargentos que lideram o movimento dos controladores. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, que discorda de negociações, teve inúmeras reuniões e conversas com subordinados para definir o que fazer, sendo uma possibilidade aventada punir exemplarmente os líderes militares do movimento, que estão inclusive filiados a uma associação de controladores de voo – o estatuto militar proíbe esse tipo de filiação. O temor militar é que, ao tentar resolver o caos dos aeroportos, o ministro da Defesa Waldir Pires provoque duas reações em cadeia, começando pela área de controle de

tráfego aéreo e atingindo depois a própria organização militar. A primeira reação é que, ao atender à reivindicação dos 2.112 militares e 571 civis que exercem a função de controladores de voo, estimule uma pressão de todos os quadros do setor de controle de tráfego aéreo, que engloba 10.327 pessoas das áreas de engenharia, comunicações, informática, aviação, entre outras; já a segunda reação constitui que, se o governo ceder às pressões e ameaças dos sargentos do setor, estará minando o cerne dos valores da própria instituição militar, que são a hierarquia e a disciplina, estimulando patentes mais baixas da Aeronáutica, da Marinha e do Exército a também organizarem manifestações. O governo está dividido quanto à posição que deve adotar diante dos manifestantes, que exigem a desmilitarização do setor, com plano de carreira civil, aumento de salário e melhores condições de trabalho. O ministro da Defesa divulgou que iria nomear um grupo de trabalho para discutir como proceder à desmilitarização da questão e sugeriu a hipótese de criar uma diretoria ou superintendência específica para o novo formato do controle do tráfego aéreo civil, desvinculado do sistema de defesa militar aérea. O jornal *O Globo* informou que a crise entre a Aeronáutica e o Ministério da Defesa levou o governo a examinar dois possíveis nomes para substituir o comando da Força Aérea Brasileira (FAB). O nome mais cotado foi o do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, brigadeiro Junite Saito, já que é o segundo na hierarquia da Força e causaria menos atrito ao ser substituído pelo governo contrariando os ritos das Forças Armadas. O atual comandante da Aeronáutica, além de entrar em atrito com o ministro da Defesa, desagradou o comandante do Exército, Francisco Albuquerque, ao tornar pública uma carta agradecendo o apoio de Albuquerque na crise. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Bueno insinuou por meio dos agradecimentos que o Exército tinha tomado partido no embate da Aeronáutica com a Defesa e o Palácio do Planalto. Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* divulgaram que o Ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, reuniram-se no dia 06/11/06 na Base Aérea de Brasília, a pedido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para mostrar que não há nenhuma crise entre a Aeronáutica e o Ministério. Bueno afirmou que “adora seu chefe”; entretanto Pires, ao ser questionado acerca da permanência de Bueno como comandante da Aeronáutica em 2007 foi evasivo e afirmou que isso é uma questão posterior e quem a decide é o presidente. Segundo Pires, o mais importante é que os aeroportos voltem a funcionar normalmente. Segundo a *Folha de S. Paulo*, embora o ministro da Defesa negue, Bueno não gostou de o governo ter aberto negociação direta com os controladores de vôos, considerando que isso poderia representar quebra de hierarquia militar, já que a maioria dos controladores é militar. A Aeronáutica negou pressões para isolar o brigadeiro Bueno. No dia 07/11/06, o presidente Lula recebeu Bueno em audiência no Palácio do Planalto num sinal de que pretende mantê-lo no cargo. Pires anunciou a intenção de criar uma gratificação salarial, regulamentar a carreira e desmilitarizar o setor, o que não foi bem recebido pelos militares. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que a desmilitarização é uma questão a ser discutida e a decisão será do presidente, mas se remeteu à polêmica militar de que países como Estados Unidos e Espanha, que adotaram sistemas civis, estão revendo essa política. Pires reiterou que o governo estuda a concessão de uma

gratificação para a categoria, mas ainda não há nem porcentual nem a base de cálculo do benefício. A gratificação preocupa os militares porque ela tornará o salário dos sargentos mais alto que o dos oficiais com postos superiores a eles, o que criaria um conflito hierárquico. Conforme *O Estado de S. Paulo*, mesmo com o caos instalado nos aeroportos do País, o governo federal determinou o corte de 8% na verba do programa Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo no Orçamento de 2007 em relação ao destinado ao setor este ano. A dotação é 22,6% inferior ao valor que foi sugerido pelo comando da Aeronáutica. O presidente da Comissão Permanente de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Alceu Collares (Partido Democrático Trabalhista-Rio Grande do Sul), afirmou que há interesse em elevar a verba destinada ao programa, assim como preparar emendas para evitar o sucateamento dos equipamentos das Forças Armadas, incluindo segurança no tráfego aéreo e melhoraria na remuneração dos militares. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/11/06; Jornal do Brasil – Brasil – 04/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/11/06; O Globo – O País – 04/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/11/06; O Globo – Economia – 06/11/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/11/06).

3- FAB recebe falso sinal de alerta de seqüestro

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 04/11/06 pela manhã, o voo 2337 da Varig rumo a Salvador enviou um alerta de seqüestro que colocou a Aeronáutica de prontidão. O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (Cindacta 1), em Brasília, recebeu o alerta e o repassou ao Cindacta 3, em Recife, que notificou a polícia federal e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). A Força Aérea Brasileira (FAB) afirmou que o código de interferência ilícita, utilizado para situações como seqüestro, entre outras, foi acionado indevidamente. A aterrissagem da aeronave foi acompanhada por policiais, bombeiros e funcionários da Infraero, tudo correu normalmente. Segundo a Aeronáutica, o fato pode ser explicado por duas hipóteses: o piloto acionou o alerta acidentalmente ou o transponder da aeronave emitiu o sinal por conta própria. Em nota, a Varig negou falha do piloto, mas as chances de pane eletrônica ou falha dos radares, segundo *O Estado de S. Paulo*, são consideradas remotas. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/11/06).

4- Exercício de guerra realizado nos estados do Sul

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas irão mobilizar 10 mil homens para a Operação Pampa 2006, um exercício combinado de guerra convencional de características ofensivas. O trabalho começou no dia 06/11/06 e vai até o dia 13 nos três estados do Sul. As manobras, de acordo com o general-de-Exército Carlos Alberto Pinto Silva, comandante militar do Sul, servem para adestrar a tropa e mostrar que as Forças Armadas são “unidas e capazes de ser empregadas”. O custo da ação é estimado em seis milhões de reais. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/11/06)

5- Escola de Guerra Naval promove encontro sobre temas de defesa

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que a Escola de Guerra Naval (EGN) promoveu entre os dias 8 e 10 de Novembro o VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. O propósito do evento foi reunir interessados em discutir temas da área de defesa, e entre os participantes estavam o presidente do “Institut de Strategie Compare”, da França, Hervé Coutau-Bégarie, e o professor Edward N. Luttwak, do “Center for Strategic & International Studies”. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/11/06*).

6-Decisão inédita permite que militar seja julgado por tortura

A *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* informaram que após decisão judicial que desimpede a Lei de Anistia de 1979 de processar militares acusados de tortura durante o regime militar (1964-1985), ocorreu, na quarta-feira (08/11), a primeira audiência que, colocou o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, nas palavras da *Folha de S. Paulo*, “no banco dos réus”. De acordo com o jornal, Ustra foi processado por cinco pessoas da mesma família que sofreram tortura sob seu comando. Ao contrário de processos contra o Estado que reivindicam indenizações, pena de multa ou prisão, este processo é feito contra um funcionário militar, requerendo apenas o reconhecimento de que houve danos morais e à integridade física. Portanto, ressalta a *Folha* que se trata de um ato político e simbólico. Ustra comandou, de setembro de 1970 a janeiro de 1974, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, o maior órgão de repressão aos grupos de esquerda envolvidos na luta armada contra o regime. Houve 502 denúncias de torturas referentes a esse período. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 09/11/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/11/06*).

7-Relatório da FAB aponta falha em sistema de controle aéreo

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, no dia 08/11, a Força Aérea Brasileira (FAB) constatou a inoperância de 40 instrumentos de auxílio à navegação de pilotos e outros 24 de frequência na comunicação, conforme relatório produzido diariamente pela Aeronáutica. Isto não preocupa em números, já que representa a inoperância de 4,9% e 2,4% dos aparelhos, respectivamente, porém, preocupa profissionais da aviação por envolver sistemas importantes para a proteção do vôo e pela demora geralmente ocorrida para reparos e manutenções, diz a *Folha*. O sistema de controle aéreo brasileiro dispõe de 116 estações de comunicação terra-ar, com 982 frequências. A inoperância de 24 delas, segundo técnicos, pode fazer falta em lugares onde há poucas opções de frequência à disposição. A Aeronáutica afirma que o prazo médio para reparar os sistemas quebrados depende de fatores como a complexidade das partes e a localização, e avalia, no entanto, que as modernizações feitas desde 2001 e com previsão de término até 2011 são suficientes para deixá-los no mesmo nível tecnológico dos atuais produtos disponíveis no mercado mundial. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 09/11/06*).

8-Hierarquia dificulta relações entre pilotos e controladores de voo

De acordo com matéria divulgada por *O Estado de S. Paulo*, os sargentos da Aeronáutica responsáveis pelo controle de voo no espaço aéreo brasileiro encontram dificuldades para dar ordens aos oficiais que pilotam as aeronaves, dada a superioridade dos últimos na hierarquia militar. Além de causar o descumprimento de ordens, este desentendimento impede os controladores de apontar aos pilotos, problemas de ineficiência e má gestão nos serviços. De acordo com o jornal, esses motivos figuram como uns dos principais a levar representantes de sindicatos e associações de controladores de voo a defenderem a ocupação civil destes cargos. Ainda comentou *O Estado* a opinião do sargento Wellington Rodrigues, presidente da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA), segundo a qual os controladores militares costumam buscar a ascensão profissional em outras profissões e ao desistirem, por falta de estímulo, prestam concurso para outra profissão. Para o presidente da Associação de Controladores do Tráfego Aéreo de Guarulhos, Sérgio Marques, a reestruturação da carreira para os civis estimularia os funcionários a buscar aperfeiçoamento técnico. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 08/11/06).

9-Declaração de secretário geral do Itamaraty sobre participação do Brasil no TNP gera polêmica na mídia

A afirmação de Samuel Pinheiro Guimarães, secretário geral do Itamaraty, durante o VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, segundo a qual não é impossível que o Brasil rompa com o Tratado de Não-Proliferação (TNP) foi destacada por *O Estado de S. Paulo*. Segundo relatos do jornal, o embaixador disse que poderá ocorrer uma modificação no tratado para abrigar a Índia, que já é uma potência nuclear. No formato atual, o acordo de não-proliferação não prevê o ingresso de países que desenvolveram armas nucleares e não estavam listados no texto original. Países como os Estados Unidos já dispunham de armas nucleares quando o acordo foi assinado. Para Guimarães, o processo de desarmamento previsto no tratado não está funcionando. “Os países armados continuam altamente armados”, argumentou. Porém, o embaixador fez questão de ressaltar os objetivos pacíficos que embasam o desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil, assegurados pela Constituição. De acordo com *O Globo*, a afirmação divulgada por *O Estado* foi contestada por nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores, no dia 10/11, que negava a intenção do Brasil em deixar o TNP e reiterava “o inabalável compromisso do país com a não-proliferação e a com a eliminação total das armas nucleares”. Na reportagem, *O Globo* traçou um histórico dos momentos mais polêmicos dos últimos anos que envolveram a questão nuclear. Um deles foi a declaração feita em 2003, pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, segundo a qual, o Brasil deveria dominar a tecnologia necessária à construção da bomba. Depois, em 2004, o Brasil resistiu em abrir sua tecnologia de enriquecimento de urânio desenvolvida no complexo de

Resende, para a Agência Internacional de Energia Atômica. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/11/06; O Globo- Mundo – 10/11/06).

10- Aldo Rebelo defende fortalecimento das Forças Armadas no Brasil

Convidado a falar sobre Defesa Nacional, a partir da óptica do legislativo, no VI Encontro de Estudos Estratégicos, ocorrido na Escola de Guerra Naval, o deputado Aldo Rebelo elencou três projetos básicos para fortalecimento das Forças Armadas: o projeto Calha Norte; o projeto Espacial – comprometido pelo acidente de Alcântara – e o projeto de construção do submarino nuclear. Os três projetos estão envolvidos em controvérsias e críticas ambientais e armamentistas. Segundo Rebelo, o Calha Norte assegura a presença do Estado na Amazônia, por meio das Forças Armadas. Ademais, o deputado ressaltou a importância de que as Forças Armadas cumpram um papel não apenas militar: “Temos regiões quase desérticas que precisam da presença do Estado através das Forças Armadas”, completou. (O Globo – País – 10/11/06).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Carla Rubacow (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História); Juliana Bigatão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, Bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq) e Máira Bichir (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).